



Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética 3

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

**Ensino e Aprendizagem como Unidade
Dialética**
3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E59	Ensino e aprendizagem como unidade dialética 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ensino e Aprendizagem Como Unidade Dialética; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-482-5 DOI 10.22533/at.ed.825191507 1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Campones, Kelly Cristina. CDD 371.102
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book intitulado como: “Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética”, apresenta três volumes de publicação da Atena Editora, resultante do trabalho de pesquisa de diversos autores que, “inquietos” nos seus mais diversos contextos, consideraram em suas pesquisas as circunstâncias que tornaram viável a objetivação e as especificidades das ações educacionais e suas inúmeras interfaces.

Enquanto unidade dialética vale salientar, a busca pela superação do sistema educacional por meio das pesquisas descritas, as quais em sua maioria concebem a importância que toda atividade material humana é resultante da transformação do mundo material e social. Neste sentido, para melhor compreensão optou-se pela divisão dos volumes de acordo com assunto mais aderentes entre si, apresentando em seu volume I, em seus 43 capítulos, diferentes perspectivas e problematização acerca do currículo, das práticas pedagógicas e a formação de professores em diferentes contextos, corroborando com diversos pesquisadores da área da educação e, sobretudo com políticas públicas que sejam capazes de suscitar discussões pertinentes acerca destas preposições.

Ainda, neste contexto, o segundo volume do e-book reuniu 29 artigos que, constituiu-se pela similaridade da temática pesquisa nos assuntos relacionados à: avaliação, diferentes perspectivas no processo de ensino e aprendizagem e as Tecnologias Educacionais. Pautadas em investigações acadêmicas que, por certo, oportunizará aos leitores um repensar e/ou uma amplitude acerca das problemáticas estudadas.

No terceiro volume, categorizou-se em 25 artigos pautados na: Arte, no relato de experiências e no estágio supervisionado, na perspectiva dialética, com novas problematizações e rupturas paradigmáticas resultante da heterogeneidade do perfil acadêmico e profissional dos autores advindas das temáticas diversas.

Aos autores dos diversos capítulos, cumprimentamos pela dedicação e esforço sem limites. Cada qual no seu contexto e pautados em diferentes prospecções viabilizaram e oportunizaram nesta obra, a possibilidade de ampliar os nossos conhecimentos e os diversos processos pedagógicos (algumas ainda em transição), além de analisar e refletir sobre inúmeras discussões acadêmicas conhecendo diversos relatos de experiências, os quais, pela soma de esforços, devem reverberar no interior das organizações educacionais e no exercício da constante necessidade de pensar o processo de ensino e aprendizagem como unidade dialética.

Cordiais saudações e meus sinceros agradecimentos.

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA REDE PRÓPRIA DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA E NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO	
<i>Bráulio Brandão Rodrigues</i> <i>Nathália Ramos Lopes</i> <i>Daniela Cristina Tiago</i> <i>Danianne Marinho e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915071	
CAPÍTULO 2	12
A EXPERIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM INVESTIGATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO QUÍMICO	
<i>Paulo Vitor Cardoso Figueiredo</i> <i>Angelita Silva Machado</i> <i>Samuel Robaert</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915072	
CAPÍTULO 3	21
AÇÃO EDUCACIONAL PARA CONTROLE DA GLICEMIA SANGUÍNEA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Sally Cristina Moutinho Monteiro</i> <i>Ilka Kassandra Pereira Belfort</i> <i>Leticiane Teixeira Castro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915073	
CAPÍTULO 4	33
APLICAÇÃO DE METODOLOGIA COM ENFOQUE CTS NO CURSO DE FARMÁCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Kione Baggio Bordignon</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915074	
CAPÍTULO 5	38
ARTE-PERFORMANCE: EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
<i>José Valdinei Albuquerque Miranda</i> <i>Carla Alice Faial</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915075	
CAPÍTULO 6	51
AS “TRÊS MARIAS” E O SOL: RECURSO DIDÁTICO À LUZ DA EPISTEMOLOGIA DE GASTON BACHELARD	
<i>Marcelo Antonio Amorim</i> <i>Edite Maria dos Anjos</i> <i>Virgínia Marlene Correia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915076	

CAPÍTULO 7	57
CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PROFUNÇÃOÁRIO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO	
<i>Marize Lyra Silva Passos</i>	
<i>Danielli Veiga Carneiro Sondermann</i>	
<i>Isaura Alcina Martins Nobre</i>	
<i>Mariana Biancucci Apolinário Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915077	
CAPÍTULO 8	71
DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS NO ESPAÇO ESCOLAR: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS – ARTE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Mikael Miziescki</i>	
<i>Marcelo Feldhaus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915078	
CAPÍTULO 9	76
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O IFPR – CAMPUS PARANAÍ EM CONTEXTO	
<i>Valeriê Cardoso Machado Inaba</i>	
<i>José Barbosa Dias Júnior</i>	
<i>Antão Rodrigo Valentim</i>	
<i>Rafael Petermann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8251915079	
CAPÍTULO 10	86
ESCOLA E UNIVERSIDADE: FORTALECENDO DIÁLOGOS ATRAVÉS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
<i>Edileuza Dias de Queiroz</i>	
<i>Renato Gadioli Augusto</i>	
<i>Guilherme Preato Guimarães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150710	
CAPÍTULO 11	97
EXPERIMENTOS INVESTIGATIVOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	
<i>Raquel Pereira Neves Gonçalves</i>	
<i>Mara Elisângela Jappe Goi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150711	
CAPÍTULO 12	107
FIOS E TRAMAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR: SABERES E FAZERES NA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	
<i>Regina Celi Frechiani Bitte</i>	
<i>Vilmar José Borges</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150712	

CAPÍTULO 13	122
HIDROGÊNIO: UM OBJETO DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE QUÍMICA ORGÂNICA	
<i>Ingrid Souza Brikalski</i>	
<i>Denis da Silva Garcia</i>	
<i>Claiton Marques Correa</i>	
<i>Bruno Siqueira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150713	
CAPÍTULO 14	128
INTEGRANDO JUVENTUDE E INFÂNCIA: ENSINANDO E APRENDENDO EM DIFERENTES CONTEXTOS	
<i>Camila Ribeiro Menotti</i>	
<i>Elexandra Sueli Wagner</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150714	
CAPÍTULO 15	137
METODOLOGIA DE PROJETOS E A EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Andréa Cristina da Silva Viana</i>	
<i>Raquel Aparecida Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150715	
CAPÍTULO 16	144
O ESTÁGIO COMO ENCONTRO NOS CURSOS DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA	
<i>Sandra Regina dos Reis</i>	
<i>Klaus Schlünzen Junior</i>	
<i>Okçana Battini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150716	
CAPÍTULO 17	158
OS DESAFIOS DAS PESQUISAS NO CAMPO DA ARTE E DA EDUCAÇÃO: CARTOGRAFANDO POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS	
<i>Aurélia Regina de Souza Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150717	
CAPÍTULO 18	167
POBREZA DE EXPERIÊNCIA CONTRAPONDO-SE AO ACÚMULO DE INFORMAÇÕES NO SÉCULO XXI, À LUZ DAS TEORIAS DE JORGE LARROSA E WALTER BENJAMIN	
<i>Mariluci Almeida da Silva</i>	
<i>Cintia Luzana da Rosa</i>	
<i>Janine Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82519150718	
CAPÍTULO 19	172
RECICLAGEM DE MATERIAIS – UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO	
<i>Venina dos Santos</i>	
<i>Maria Alice Reis Pacheco</i>	
<i>Magda Mantovani Lorandi</i>	

Paula Sartori

DOI 10.22533/at.ed.82519150719

CAPÍTULO 20 186

REESTRUTURAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA

Eliane Paganini da Silva

DOI 10.22533/at.ed.82519150720

CAPÍTULO 21 199

TEXTOS ESCRITOS- O DIZER ÀS MARGENS: O DITO E O NÃO DITO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

Vânia Carmem Lima

DOI 10.22533/at.ed.82519150721

CAPÍTULO 22 206

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O TRATO COM A DIVERSIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: TAREFAS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Paulo Antônio dos Santos Júnior

Maria Jucilene Lima Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.82519150722

CAPÍTULO 23 222

ARTE AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA: REVENDO A LITERATURA, ENTENDENDO OS PERCURSOS

Lucas de Vasconcelos Soares

Maria Antonia Vidal Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.82519150723

CAPÍTULO 24 228

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: EXPERIÊNCIA NO CURSO DE PEDAGOGIA EM EAD

Rosalva Pereira de Alencar

Waghma Fabiana Borges Rodrigues

Alexandre Ferreira Alencar

Viviane Rodrigues Mendes

Thiago Silva Garcia Duarte

DOI 10.22533/at.ed.82519150724

CAPÍTULO 25 240

INTERNET Y CINE COMO ALIADOS EN LA ENSEÑANZA DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: UNA EXPERIENCIA EN BRASIL

Antônia de Araújo Farias

DOI 10.22533/at.ed.82519150725

SOBRE A ORGANIZADORA..... 249

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O IFPR – CAMPUS PARANAÍ EM CONTEXTO

Valeriê Cardoso Machado Inaba

Profa. Dra. em Geografia. Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaíba. E-mail: valerie.inaba@ifpr.edu.br

José Barbosa Dias Júnior

Prof. Dr. em Informática. Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaíba. E-mail: jose.dias@ifpr.edu.br

Antão Rodrigo Valentim

Prof. Ms. em Eng. de Produção. Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaíba. E-mail: antao.valentim@ifpr.edu.br

Rafael Petermann

Prof. Ms. em Letras. Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaíba. E-mail: rafael.petermann@ifpr.edu.br

Tecnológica. Com base nessa lei, são também ressaltados os objetivos e finalidades dessas instituições, demonstrando seus propósitos como política pública de educação. Destaca-se que a (i) abrangência do IFPR-Campus Paranaíba no que se refere ao número de municípios atendidos, (ii) os cursos presenciais e a distância ofertados desde o nível técnico integrado ao Ensino Médio, até a pós-graduação; e (iii) os resultados obtidos em avaliações externas como o Exame Nacional do Ensino Médio, são os fatores que apontam para o êxito da instituição como política pública de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais. Educação Pública. IFPR. Campus Paranaíba.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a inserção do Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaíba, no extremo noroeste do Paraná, como uma política exitosa em termos de oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação com os arranjos produtivos locais. Para tanto, são apresentadas as bases históricas e legais dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia no Brasil a partir da Lei 11.892 de 2008, que criou os Institutos Federais e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A lei 11.892/2008 criou os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica reorganizando as escolas técnicas e agrícolas, os Centros Federais de Educação e Tecnologia (Cefets) e o Colégio Pedro II em um contexto marcado pela interrupção, em 1998, da construção de novos Cefets e escolas técnicas – que iniciaram a sua implantação em 1909¹ - e transferência

1 No ano de 2009, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica completou 100 anos de criação. Em

da responsabilidade da educação técnica para os estados e Sistema S. A partir de dezembro de 2008, então, com a publicação da lei supracitada, inicia-se um novo processo de criação, expansão e interiorização dos Institutos Federais.

A Rede Federal conta hoje com 38 Institutos Federais, dentre eles, o Instituto Federal do Paraná (doravante IFPR), que nasceu a partir do antigo Colégio Técnico da Universidade Federal do Paraná, e atualmente é uma instituição que se destaca pelo seu caráter *multicampi*, estando presente em 28 municípios paranaenses. Além disso, O IFPR tem política específica que visa incluir e oportunizar aos mais vulneráveis socialmente a possibilidade de acessar seus cursos presenciais e a distância. Isso lhe dá o caráter de instituição “socialmente referenciada”, característica que orienta o trabalho pedagógico e administrativo do Campus Paranaíba do IFPR, que iniciou suas atividades em 2010, e é foco deste relato.

Nas seções que seguem, os marcos históricos e legais da criação dos Institutos Federais, com destaque para o IFPR, são apresentados com mais detalhes, demonstrando como as prerrogativas da lei de criação dos IFs e a missão institucional do IFPR se realizam na realidade do campus Paranaíba por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação articuladas com os arranjos produtivos locais.

2 | OS INSTITUTOS FEDERAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

Os Institutos Federais são instituições de ensino que foram criadas em 29 de dezembro 2008, a partir da Lei 11.892. Com a promulgação dessa lei, a maioria dos CEFETs e escolas agrícolas e técnicas passaram a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sob a designação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que, conforme estabelece o Art.2º da Lei 11.892/2008:

[...] são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Com relação a sua abrangência, os IFs estão presentes em diversos municípios espalhados por todos os Estados da Federação. A Figura 1 ilustra a distribuição dos *campi* no território nacional brasileiro.

23 de setembro de 1909, o então presidente da República Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566 que criava 19 “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito para os “desafortunados” (disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/centenario-da-rede-federal>. Acesso em 24/03/2018)

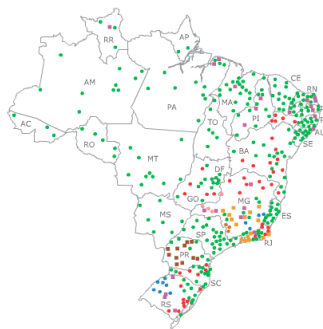


Figura 01 – Mapa demonstrativo dos Institutos Federais no Brasil.

Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>. (Acesso em 24/03/2018).

Além dos *campi* dos IFs, o Colégio Pedro II² no Rio de Janeiro, os CEFETs RJ e MG, as Escolas Técnicas vinculadas às universidades e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná³ também compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

De acordo com o Art. 6º da Lei 11.892, os Institutos Federais possuem as seguintes finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral,

2 O Colégio Pedro II foi fundado em 2 de dezembro de 1837 e é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ele é equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e conta com 14 *campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, e um Centro de Referência em Educação Infantil, localizado em Realengo. Informações disponíveis em: http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html (acesso em 23/03/2018).

3 A UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná teve início no século passado com a criação das **Escolas de Aprendizes Artífices no Paraná em 1910**. Em 1959 o ensino técnico no Brasil foi unificado pela legislação e a escola passou a chamar-se **Escola Técnica Federal do Paraná**. Em 1974, foram implantados os primeiros cursos de curta duração de Engenharia de Operação (Construção Civil e Elétrica). Em 1978, a Instituição foi transformada em **Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR)**, passando a ministrar cursos de graduação plena. Em 07 de outubro de 2005, após sete anos de preparo e o aval do governo federal, o Cefet-PR passou a ser a UTFPR. Atualmente, a instituição conta com 13 *campi*, distribuídos nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo. Informações disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>. (Acesso em 24/03/2018).

e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Ao analisar as finalidades dos IFs, Pacheco (2007, p. 02) destaca que os objetivos dessas instituições de ensino são:

[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos inclusive para as engenharias e licenciaturas.

Refletindo sobre os objetivos dos IFs e concebendo a educação como um meio de transformação social, a organização da Rede Federal busca a ruptura da reprodução de modelos externos e toma a inovação a partir da relação entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Neste sentido, Pacheco (2007) aponta que:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas. (PACHECO, 2010, p. 10)

Com efeito, pensar sobre as finalidades, objetivos e natureza dos IFs no Brasil, nos faz concordar com Pereira (2007, p.04) que “a implantação dos IFETs guarda estrito vínculo com o objetivo de desenvolvimento de uma educação profissional cidadã, comprometida com a construção de um país mais digno e ético, uma educação

que alcance diferentes grupos e espaços sociais.”

3 | O INSTITUTO FEDERAL NO PARANÁ E O CAMPUS PARANAÍ

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), assim como os demais IFs, foi criado a partir da Lei 11.892/2008 e possui os mesmos objetivos e finalidades. Sua missão, em consonância com os marcos legais de sua criação, consiste em “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade⁴”. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o IFPR possui a visão e o objetivo de “ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social”.

O IFPR, embora tendo sido criado a partir dos mesmos mecanismos das demais instituições da Rede Federal, possui história diferente da maioria dos IFs do Brasil, pois, no final de 2008, quando essa instituição foi criada, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica. No entanto, apesar da herança de recursos humanos provenientes da Escola Técnica, o IFPR não tinha o histórico e infraestrutura dos CEFETs, pois esses, no Paraná, transformaram-se em Universidade Tecnológica (UTFPR). Isso significa que boa parte infraestrutura do IFPR, principalmente no interior, precisou ser construída sem aproveitamento de qualquer instalação anterior.

Entre 2008 e 2010, foram inaugurados 07 *campi* do IFPR, a saber: Curitiba (campus e reitoria), Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranaíba, Telêmaco Borba e Umuarama (ver figura 02).

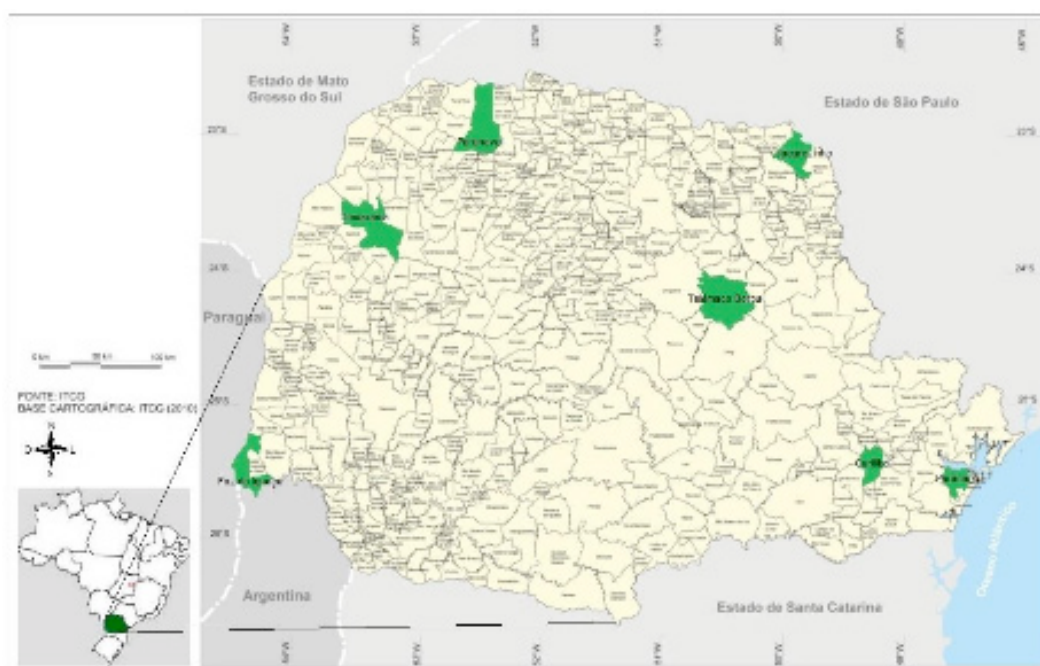


Figura 2 – Mapa do Paraná com os primeiros *campi* do IFPR.

Elaboração: COSTA, Jorge L. F, 2018.

4 Informações disponíveis no site da reitoria da instituição – ifpr.edu.br

Ao longo de 10 anos, a maioria dos IFs passou por expansão e interiorização de suas ofertas. O IFPR, por exemplo, atualmente está instalado em 25 municípios paranaenses (Ver figura 03). Atualmente, a instituição contempla em seus *campi* mais de 26 mil estudantes nos cursos de modalidade presencial e a distância, e oferece 43 cursos técnicos presenciais, 11 cursos técnicos na modalidade a distância, 20 cursos superiores presenciais, 08 cursos de especialização na modalidade presencial e um curso de especialização na modalidade a distância (<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/>. Acesso em 24/03/2018)

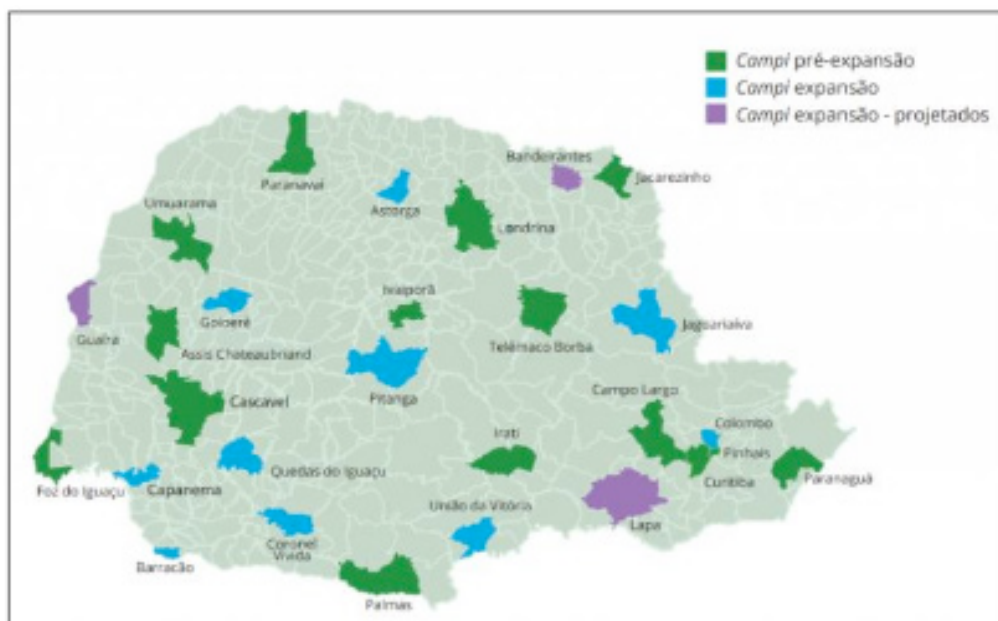


Figura 03 – Mapa demonstrativo dos campi do IFPR.

Fonte: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/> (Acesso em 25/02/2019).

Destaca-se nessa instituição dois pontos importantes que também a diferenciam de outros IFs: (i) destinação de 80% de suas vagas para alunos cotistas no processo seletivo para ingresso dos estudantes, acontecendo sempre uma vez ao ano (ii) seu processo de avaliação e registro, pois a instituição preza pela avaliação formativa registrada em forma conceitos.

O IFPR campus Paranavaí, nosso foco de discussão, iniciou oficialmente suas atividades em 16 de agosto de 2010, com as aulas das primeiras turmas dos cursos técnicos subsequentes em Alimentos, Eletromecânica e Informática. O campus contava à época com 08 professores e 07 técnicos administrativos. Em 2012 o Campus Paranavaí iniciou seu primeiro curso técnico integrado ao Ensino Médio. Em 2014 iniciou 02 cursos superiores (licenciatura e tecnólogo) e em 2017 iniciou 02 cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Atualmente o campus oferece 03 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; 01 técnico subsequente; 02 técnicos subsequentes na modalidade EaD; 04 cursos superiores e 03 cursos de Especialização. Estão matriculados aproximadamente 1.000 alunos que residem em 30 municípios da região, extrapolando os limites da

AMUNPAR⁵ e da Região Noroeste do Paraná⁶. Dessa forma o Campus Paranaíba possui uma abrangência no território estadual de mais de 800 mil habitantes.

De acordo com Pacheco (2007, p.07), buscar entender e conhecer a abrangência do Campus é fundamental, pois

O território de abrangência das ações de um Instituto é em resumo a Mesorregião onde se localiza, mas pode ir além dela quando se concebe sua atuação em rede. Em sua intervenção, os Institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *lócus*; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência é de suma importância.

Vale destacar que Paranaíba é um município localizado na região noroeste do Estado do Paraná, com uma média de 81.590 habitantes, segundo censo do IBGE de 2010, e sua economia abrange principalmente os setores agrícola, sendo destaque na cultura de laranja e mandioca. Além disso, Paranaíba é um município que se caracteriza como centro prestador de serviços de saúde, educação e comércio para diversos outros municípios menores da região.

Quanto ao número de servidores públicos lotados no campus Paranaíba, houve expressiva ampliação desde 2010. Em 2019 o quadro de pessoal do campus é composto por 114 servidores efetivos, sendo 46 técnicos administrativos e 68 docentes. Além desse efetivo somam-se 10 professores substitutos, 11 estagiários, 01 intérprete de libras temporário e 18 funcionários terceirizados, totalizando 153 trabalhadores.

Esse grupo de funcionários dá suporte, atualmente, a 11 cursos presenciais e 02 cursos a distância conforme Quadro a seguir:

NÍVEL – MODALIDADE	CURSOS	DURAÇÃO
TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	- Agroindústria - Informática - Mecatrônica	4 anos
TÉCNICO (presencial) SUBSEQUENTE	- Eletromecânica	2 anos

5 Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense – AMUNPAR, entidade de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 04.07.1971 e declarada de Utilizada Pública pela Lei Estadual nº 6.627 de 17.10.1974, atualmente congrega 28 municípios da região noroeste do Paraná, com sede própria no município de Paranaíba – PR. Disponível em <http://www.amunpar.com.br/o-consultorio/> Acesso em 25/03/2018.

6 Definição proveniente da classificação do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) que divide o Estado do Paraná em 10 Mesorregiões, sendo que uma delas é a Mesorregião conhecida por “Região Geográfica Noroeste Paranaense”. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf Acesso em 25/03/2018.

TÉCNICO SUBSEQUENTE (a distância)	- Administração - Segurança do Trabalho	2 anos
SUPERIOR	- Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - TADS - Licenciatura em Química - Engenharia Elétrica - Engenharia de Software	3 anos 4 anos 5 anos 4 anos
PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU)	- Especialização na área de Informática - Especialização na área de Educação - Especialização na área de Meio Ambiente	2 anos

Quadro 01 – Cursos ofertados pelo IFPR-Campus Paranaíba, em 2019.

Fonte: Secretaria Acadêmica do IFPR-Campus Paranaíba.

Elaboração: INABA, V. C. M., 2019.

4 | UM OLHAR SITUADO PARA O CAMPUS PARANAÍ

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão é empregada na proposta pedagógica dos IFs, em todos os níveis de ensino, inclusive nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Acredita-se que é essa associação, desde o Ensino Médio, que vem fazendo com que os alunos do Campus Paranaíba atinjam resultados satisfatórios em exames externos, como ENEM e processos seletivos de diversas universidades, no caso dos estudantes dos cursos integrados ao Ensino Médio; e no ENADE, processos seletivos para programas de pós-graduação de universidades renomadas e no mundo do trabalho, no caso dos estudantes do ensino superior.

Para Pacheco (2007, p.14),

o desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global (PACHECO, 2007, p.14).

Um ponto que julgamos fundamental para este desafio descrito por Pacheco (2007) para os IFs é a formação e envolvimento do corpo de servidores com atividades nos campos da pesquisa, inovação, extensão e ensino. Em 2019, 94% do quadro docente do Campus Paranaíba é composto por Mestres (38) e Doutores (26). Dos 38 mestres, 12 são doutorandos, dos quais, 09 estão afastados integralmente para conclusão de seus estudos de pós-graduação. Há também 5 pós-doutores entre os professores do Campus (História, Física, Informática, Química e Biologia). Além

da qualificação dos docentes, 95% do quadro de técnicos administrativos possui curso superior, sendo 01 pós-doutor, 03 doutores, 02 doutorandos, 10 mestres, 05 mestrandos e 25 especialistas.

É certo que a qualificação acadêmica dos servidores e seu envolvimento com atividades além do ensino engajam estudantes na instituição com objetivos de aprendizagem muito definidos. Entendemos que a partir desses objetivos de aprendizagem bem definidos, alinhados às políticas institucionais e engajamento mútuo é possível se obter trajetórias escolares exitosas.

Em oito anos de existência, o campus graduou 490 alunos nos variados cursos presenciais, cerca de 150 alunos nos cursos de educação a distância e cerca de 516 alunos dos cursos PRONATEC, totalizando mais de 1.089⁷ graduados. Além desse quantitativo de formados, destaca-se que mais de 85% dos alunos egressos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio ingressaram na universidade, sendo a maioria em instituições públicas e em cursos diversos de licenciatura, tecnólogos e bacharelado. Os resultados do ENEM também são expressivos, pois, desde 2015 o IFPR – Campus Paranavaí vem sendo a instituição com melhor ranking geral entre as escolas públicas e com melhor ranking de redação e outras áreas entre escolas públicas e privadas de Paranavaí, segundo dados divulgados pelo INEP. E também os cursos superiores Licenciatura em Química e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas obtiveram nota 4 em sua primeira avaliação pelo Ministério da Educação.

Ressalta-se que não é objetivo dos IFs promover a inserção dos alunos na universidade, de maneira tão específica quanto às escolas privadas de Ensino Médio. No entanto, essa nova forma de fazer educação profissional, inserindo o aluno em projetos de pesquisa/extensão/inação com práticas constantes de laboratório, promovendo a reflexão de temas contemporâneos, unindo as disciplinas técnicas, com as de exatas, de biológicas e de humanas, vem fazendo com que os alunos do Campus Paranavaí e de outros *campi* de diversos IFs do Brasil tenham sucesso em sua trajetória escolar, culminando em aprovações para prosseguimento nos estudos em níveis mais avançados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional proposta pelos IFs, somando-se com servidores qualificados e melhor remunerados vem demonstrando que é possível fazer educação pública de qualidade, promovendo transformação social nas famílias de municípios menos favorecidos pelo poder público, como é o caso de Paranavaí e tantos outros do interior do Paraná e do Brasil, pois, de acordo com Pacheco (2007, p.02) “[...] é neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional”.

7 Dados após colações de grau de fevereiro de 2019.

O Campus Paranaíba planeja ainda aumento de servidores para ampliação no número de cursos oferecidos de acordo com os arranjos produtivos locais. Nesse contexto, estima-se que a abrangência dessa instituição possa atingir áreas territoriais de mais dois estados brasileiros (Mato Grosso do Sul e São Paulo), beneficiando e oportunizando uma região com cerca de 2,5 milhões de pessoas com educação pública, totalmente gratuita e com qualidade referenciada.

Acredita-se que o trabalho pedagógico desenvolvido no campus Paranaíba, integrando estudantes dos diversos níveis em ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, é capaz de inserir o aluno no campo da produção de conhecimento, oportunizando a ele protagonismo em seu processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, sucesso em sua trajetória acadêmica. Esses fatores, reitera-se, apontam para formas de como o IFPR campus Paranaíba tem cumprido os pressupostos da lei 11.892/2008 e sua missão institucional.

Enfim, fechamos este texto reafirmando, com as palavras de Eliezer Pacheco, a nossa crença de que “com os Institutos Federais iniciamos uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando a inovar a partir de nossas próprias características, experiências e necessidades” (PACHECO, 2007, p.03).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.892 de 28/12/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm (acesso em 11 de março de 2018)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Institutos Federais: uma conquista de todos os brasileiros, 2010.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto_setec.pdf. Acesso em 28 mar. 2018.

COLOMBO, Irineu. **Educação para um novo tempo: o Instituto Federal,** [2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_educacao_novotempo.pdf. Acesso em 22 mar. 2018.

PACHECO, Eliezer. Novas perspectivas para a rede federal de educação profissional e tecnológica, Brasília, [2007]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **O sucesso da rede federal no Enem,** [2010]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6257-enemescola-230710&Itemid=30192. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica,** Brasília, [2011]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

PEREIRA, Luiz A. C. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.** Brasília, [2007]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf. Acesso em 29 mar. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

Kelly Cristina Campones - Mestre em Educação (2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa , na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. É professora especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Internacional de Curitiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) diplomada para Administração, Direção e Supervisão Escolar . Membro do GEPTADO- Grupo de Pesquisa sobre o trabalho docente na UEPG. Tem experiência como docente e coordenadora na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, graduação e pós-graduação. Atualmente é professora adjunta na Faculdade Sagrada Família com disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem ampla experiência na área educacional atuando nas seguintes vertentes: educação infantil, processo de ensino aprendizagem; gestão; desenvolvimento e acompanhamento de projetos ; tecnologias educacionais; entre outros.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-482-5

